Reconhecimento Solene

Um RECONHECIMENTO Solene DOS PECADOS PÚBLICOS E das infrações do PACTO.

E

Um COMPROMISSO Solene com todos os DEVERES nele contidos, a saber, aqueles que de modo mais especial se referem aos Perigos destes Tempos.

COM

Duas Atas da COMISSÃO da ASSEMBLEIA GERAL, de seis de outubro, para a renovação da Liga e PACTO Solenes,

E para impedir as pessoas cúmplices do recente e ilícito Compromisso de renovarem o PACTO, de receberem a Comunhão e de exercerem ofício eclesiástico, Com o seu conselho aos presbitérios para a celebração da Comunhão.

Juntamente também com,

Uma Ata do Comitê dos Estados, de catorze de outubro, para a renovação da Liga e PACTO.

EDIMBURGO, Impresso por Evan Tyler, impressor da mui excelente Majestade do Rei, 1648.

I - Preâmbulo

Um Reconhecimento Solene dos pecados públicos e das infrações do Pacto: e um Compromisso Solene com todos os deveres nele contidos, a saber, aqueles que de modo mais especial se referem aos perigos destes tempos.

NÓS, nobres, barões, fidalgos, burgueses, ministros do Evangelho e povo comum de toda classe neste reino, pela boa mão de DEUS sobre nós, tomando em séria consideração as muitas e tristes aflições e as profundas angústias com que temos sido exercitados por longo tempo; e que a terra, depois de ter sido duramente assolada pela espada e pela peste, foi ameaçada de fome; e que vergonha e desprezo foram derramados da parte do Senhor sobre muitos milhares da nossa nação, que de modo pecaminoso fizeram guerra ao reino da Inglaterra, contra o testemunho dos seus

servos e os desejos do seu povo; e que os remanescentes daquele exército, voltando a esta terra, despojaram e oprimiram muitos dos nossos irmãos; e que o partido maligno é ainda numeroso e, retendo os seus princípios anteriores, espera uma oportunidade para levantar uma guerra nova e perigosa, não somente para rasgar as entranhas deste reino, mas para nos dividir da Inglaterra e subverter a obra de Deus em todos os três reinos: e considerando também que uma nuvem de calamidades ainda paira sobre as nossas cabeças e nos ameaça com coisas tristes por vir, não podemos senão considerar estas coisas como vindas do Senhor, que é justo em todos os seus caminhos, que nos sustenta com pão de lágrimas e nos faz beber águas de aflição, até que sejamos ensinados a conhecer quão mal e amargo é apartar-se dele, quebrantando o juramento e o Pacto que fizemos com ele, e para que sejamos humilhados diante dele, confessando o nosso pecado e deixando o mal do nosso caminho.

Portanto, sendo apertados por tão grandes necessidades e aflições, e autorizados pela palavra de Deus, e tendo o exemplo do povo de Deus antigo, que, no tempo das suas angústias, e quando havia de buscar livramento e um caminho reto para si, para que o Senhor fosse com ele para o fazer prosperar, se humilhou diante dele, e fez uma confissão livre e particular dos pecados dos seus príncipes, dos seus governantes, dos seus capitães, dos seus sacerdotes e do seu povo, e se comprometeu a não fazer mais assim, mas a reformar os seus caminhos e ser firme no seu pacto; e lembrando a prática dos nossos predecessores no ano de 1596, em que a Assembleia Geral e todas as judicaturas da Igreja, com a concorrência de muitos da nobreza, dos fidalgos e dos burgueses, reconheceram com muitas lágrimas diante de Deus a quebra do Pacto Nacional, e se comprometeram a uma Reforma, assim como os nossos predecessores e os deles haviam feito antes na Assembleia Geral e na Convenção dos Estados no ano de 1567; e percebendo que este dever, quando empreendido por consciência e com sinceridade, sempre foi acompanhado de um reavivamento que tirava das angústias, e de bênção e êxito do Céu: reconhecemos humilde e sinceramente, como na presença daquele que é o sondador dos corações, os muitos pecados e as grandes transgressões da terra. Procedemos impiamente, os nossos reis, os nossos príncipes, os nossos nobres, os nossos juízes, os nossos oficiais, os nossos mestres e o nosso povo. Embora o Senhor nos tenha falado por longo tempo e claramente, não demos ouvidos à sua voz; embora nos tenha seguido com ternas misericórdias, não fomos atraídos a esperar nele e a andar no seu caminho; e ainda que nos tenha ferido, não nos doeu; antes, ainda que nos tenha consumido, recusamos receber a correção. Não nos lembramos de retribuir ao Senhor segundo a sua bondade e segundo os nossos próprios votos e promessas, mas voltamos para trás por um contínuo curso de desvio, e quebrantamos todos os artigos daquela Liga e Pacto Solenes que juramos diante de Deus, dos anjos e dos homens.

II - O reconhecimento dos pecados

Embora haja na terra muitos de todas as classes que são por testemunho da Verdade, e por nome de alegria e louvor ao Senhor, vivendo piedosamente, procurando

guardar puras as suas vestes e sendo firmes no Pacto e na causa de Deus, contudo temos razão de reconhecer que a maior parte de nós não se esforçou, com aquela realidade, sinceridade e constância que nos convinha, por preservar a obra da Reforma na Igreja da Escócia. Muitos se contentaram com a pureza das ordenanças, negligenciando o poder delas; sim, alguns se desviaram para caminhos tortuosos, destrutivos de ambas as coisas. A conduta profana, dissoluta e insolente de muitos nos nossos exércitos, que foram em auxílio dos nossos IRMÃOS na INGLATERRA, e as intrigas e o procedimento pouco reto de alguns dos nossos comissários e de outros da nossa nação em Londres, na ilha de Wight e em outros lugares daquele reino, foram grandes estorvos à obra da Reforma e ao estabelecimento do governo da Igreja ali, pelo que o erro e o cisma naquela terra aumentaram, e os sectários se endureceram no seu caminho. Estivemos tão longe de nos esforçar pela extirpação da profanidade, e do que é contrário ao poder da piedade, que se fecharam muito os olhos à profanidade, e as pessoas profanas foram muito favorecidas e muitas vezes empregadas, até que a iniquidade e a impiedade passaram sobre a face da terra como um dilúvio. Antes, não se teve o cuidado suficiente de apartar o precioso do vil, afastando do Sacramento todas as pessoas ignorantes e escandalosas, conforme as ordenanças desta Igreja.

Nem os privilégios dos Parlamentos e as liberdades do súdito foram devidamente zelados; mas alguns dentre nós trabalharam por pôr nas mãos do nosso Rei um poder arbitrário e ilimitado, destrutivo de uns e de outras; e muitos de nós fomos ultimamente cúmplices daqueles meios e caminhos pelos quais se usurpou a liberdade e os privilégios dos Parlamentos, e os súditos foram oprimidos nas suas consciências, pessoas e bens. Nem tivemos o cuidado de evitar aquelas coisas que pudessem endurecer o Rei no seu mau caminho; mas, pelo contrário, não somente se lhe permitiu, mas muitos de nós fomos instrumentos para fazê-lo exercer o seu poder em muitas coisas tendentes ao prejuízo da religião e do Pacto, e da paz e segurança destes reinos; o que está tão longe do caminho reto para preservar a pessoa e a autoridade de Sua Majestade, que não pode senão provocar o Senhor contra ele, com perigo de ambas. Antes, sob pretexto de socorrer o Rei e de agir por ele, enquanto ele se recusa a fazer o que era necessário para a Casa de Deus, alguns subverteram e violaram a maior parte dos artigos do Pacto.

As nossas próprias consciências por dentro, e os juízos de Deus sobre nós por fora, convencem-nos das múltiplas, voluntárias e repetidas infrações daquele artigo que diz respeito à descoberta e ao castigo dos malignos, cujos crimes não somente foram tolerados por conivência, mas dispensados e perdoados, e eles mesmos recebidos em íntima comunhão conosco, e feitos participantes dos nossos conselhos, admitidos nos nossos Parlamentos e postos em lugares de poder e autoridade para a administração dos negócios públicos do reino; pelo que, na justiça de Deus, eles vieram por fim a ter nas suas mãos todo o poder e força do reino, tanto nas judicaturas como nos exércitos, e os empregaram para decretar e levar adiante um ilícito Compromisso de guerra contra o reino da Inglaterra, não obstante o dissentimento de muitos membros consideráveis do Parlamento, que haviam dado constante prova da sua integridade na Causa desde o princípio, não obstante muitos testemunhos fiéis e livres advertências

dos servos de Deus, as súplicas de muitos Sínodos, Presbitérios e condados, e as Declarações da Assembleia Geral e dos seus Comissários em sentido contrário. Compromisso esse que, assim como foi causa de muito pecado, assim também de muita miséria e calamidade para esta terra, e nos apresenta a gravidade do nosso pecado de contemporizar com os malignos na grandeza do nosso castigo, para que sejamos ensinados a nunca mais nos despedaçar contra a mesma Rocha, sobre a qual o Senhor pôs um farol tão notável. E, depois de tudo o que nos sobreveio por causa desta nossa transgressão, e depois que da parte do Senhor nosso Deus nos foi mostrada graça, quebrando o jugo destes homens de sobre os nossos pescoços, e pondo-nos de novo em condição de agir pelo bem da Religião, da nossa própria segurança e da paz e segurança deste reino, se tornássemos a violar o seu mandamento e o seu Pacto, unindo-nos mais uma vez ao povo destas abominações, e recolhendo no nosso seio aquelas serpentes que antes nos haviam picado quase até a morte: isto, assim como mostraria grande loucura e insensatez da nossa parte, assim também, sem dúvida, se não for evitado, provocará o Senhor contra nós até nos consumir, até que não fique resto nem quem escape na terra.

E, embora a paz e a união entre os reinos seja uma grande bênção de Deus para ambos, e um vínculo que somos obrigados a conservar inviolado, e a esforçar-nos para que se faça justiça contra os opositores dela, contudo alguns nesta terra, que entraram sob o vínculo do Pacto, puseram grande empenho em dissolver esta união, e poucos ou nenhuns esforços foram usados por qualquer de nós para castigar tais pessoas.

Temos permitido que muitos dos nossos irmãos em diversas partes da terra fossem oprimidos pelo inimigo comum, sem compaixão nem socorro. Houve grande murmuração e queixa por causa do gasto de meios e trabalhos no cumprimento do nosso dever. Muitos, por persuasão ou terror, deixaram-se dividir e afastar para desertar para a parte contrária; muitos se entregaram a uma detestável indiferença e neutralidade nesta Causa, que tanto diz respeito à glória de Deus e ao bem destes reinos; antes, muitos puseram o seu empenho em andar de tal modo que pudessem acomodar-se a todos os tempos e a todas as suas revoluções. Não tivemos o cuidado de favorecer, animar, confiar cargos e empregar somente aqueles que de coração amavam e tinham em mente a obra de Deus; mas os corações de tais pessoas foram muitas vezes desanimados, e as suas mãos enfraquecidas, os seus sofrimentos negligenciados e eles mesmos desprezados; e muitos que foram outrora inimigos declarados, e sempre solapadores secretos, foram favorecidos e empregados; antes, até aqueles que tinham sido tidos por incendiários, e sobre os quais o Senhor pusera as marcas de desesperada malignidade, falsidade e engano, foram introduzidos como aptos para administrar os negócios públicos. Muitos foram os estorvos e impedimentos lançados no caminho para retardar e obstruir a obra do Senhor; e alguns guardaram em segredo aquilo que por si mesmos não eram capazes de suprimir e vencer.

Além destas e de muitas outras infrações dos Artigos do Pacto quanto à matéria dele, que cabe a cada um de nós investigar e reconhecer diante do Senhor, se desejamos que a sua ira se desvie de nós, também muitos de nós falhamos grandemente na

maneira de seguir e prosseguir os deveres nele contidos, não somente buscando grandezas para nós mesmos e misturando interesses e fins particulares, tocantes a nós mesmos, aos nossos amigos e seguidores, com aquelas coisas que dizem respeito ao bem público, mas muitas vezes preferindo-os à honra de Deus e ao bem da sua Causa, e retardando a obra de Deus até que pudéssemos levar conosco os nossos próprios interesses e desígnios. Tem sido o nosso costume confiar nos meios e apoiar-nos no braço de carne para o êxito, embora o Senhor muitas vezes nos tenha feito encontrar decepção nisso, e tenha manchado a soberba de toda a nossa glória, fazendo secar para nós toda confiança carnal. Temos seguido na maior parte os conselhos da carne e do sangue, e andado mais pelas regras da política do que da piedade, e dado ouvidos mais aos homens do que a Deus.

Embora tenhamos feito solene profissão pública diante do Mundo do nosso desejo não fingido de sermos humilhados diante do Senhor pelos nossos próprios pecados e pelos pecados destes reinos, especialmente por não termos valorizado como devíamos o inestimável benefício do Evangelho, e por não termos trabalhado pelo poder dele, nem recebido a Cristo nos nossos corações, nem andado dignamente dele nas nossas vidas; e do nosso verdadeiro e não fingido propósito, desejo e esforço, para nós mesmos e para todos os demais sob o nosso poder e cargo, tanto em público como em privado, em todos os deveres que devemos a Deus e aos homens, de emendar as nossas vidas, e de irmos cada um adiante dos outros no exemplo de uma verdadeira Reforma, para que o Senhor afastasse a sua ira e a sua forte indignação, e estabelecesse estas Igrejas e Reinos na verdade e na paz; contudo, recusamos ser reformados e andamos soberba e obstinadamente contra o Senhor, não estimando o seu Evangelho, nem nos submetendo à obediência dele, não buscando a Cristo, nem procurando honrá-lo na excelência da sua pessoa, nem valer-nos dele na virtude dos seus ofícios, não fazendo caso de consciência das Ordenanças públicas, nem dos deveres privados e secretos, nem procurando edificar-nos uns aos outros em amor. A ignorância de Deus e de seu Filho Jesus Cristo prevalece sobremaneira na terra. A maior parte dos chefes de família, entre nobres, barões, fidalgos, burgueses e povo comum, negligencia buscar a Deus nas suas famílias e esforçar-se pela reforma delas; e, embora isso tenha sido muito instado, poucos dos nossos nobres e grandes até este dia puderam jamais ser persuadidos a cumprir os deveres de família eles mesmos e nas suas próprias pessoas, o que faz com que um dever tão necessário e útil seja desprezado por outros de classe inferior; antes, muitos da Nobreza, dos fidalgos e dos burgos, que deveriam ter sido exemplos de piedade e sóbrio andar para os outros, têm sido cabeças de excesso e dissolução. Embora sejamos o povo do SENHOR, comprometido com ele de modo solene, contudo até este dia não pusemos empenho em que as judicaturas e os exércitos fossem compostos, e os lugares de poder e confiança ocupados, por homens de conduta irrepreensível e cristã, e de conhecida integridade e comprovada fidelidade, afeição e zelo pela Causa de Deus; mas não somente aqueles que foram neutros e indiferentes, mas também os desafetos e malignos, e outros que foram profanos e escandalosos, receberam cargos de confiança; pelo que sucedeu que as judicaturas foram assentos de injustiça e iniquidade, e muitos nos nossos exércitos, pelos seus desmandos, tornaram-se a nossa praga, para grande prejuízo da Causa de Deus, grande escândalo do Evangelho e grande aumento da dissolução e da profanidade por toda a terra. Seria impossível

enumerar todas as abominações que há na terra; mas a blasfêmia do nome de Deus, o jurar pelas criaturas, a profanação do Dia do Senhor, a impureza, a embriaguez, o excesso e a dissolução, a vaidade no vestir, a mentira e o engano, a injúria e a maldição, a opressão arbitrária e sem freio, e o moer as faces dos pobres por parte dos senhores de terras e de outros em posto e poder, tornaram-se pecados ordinários e comuns; e, além de todas estas coisas, há muitas outras transgressões de que é culpada a terra em que vivemos: de todas as quais desejamos fazer reconhecimento e por elas ser humilhados, para que o mundo dê testemunho conosco de que a Deus pertence a justiça, e a nós a vergonha e a confusão de rosto, como hoje se vê.

III - O compromisso com os deveres

E, porque é necessário àqueles que alcançam misericórdia não somente confessar, mas também deixar o seu pecado, portanto, para que a realidade e a sinceridade do nosso arrependimento se manifestem, resolvemos e nos comprometemos solenemente diante do SENHOR a evitar cuidadosamente, daqui em diante, todas aquelas ofensas das quais agora fizemos solene reconhecimento público, e todos os laços e tentações que tendem a elas: e, para testemunhar a integridade da nossa resolução nisto, e para que sejamos mais bem capacitados, na força do poder do SENHOR, a cumpri-la, renovamos outra vez a nossa Liga e Pacto Solenes, prometendo daqui em diante fazer caso de consciência de todos os deveres a que estamos obrigados em todos os capítulos e artigos dela, particularmente destes que se seguem.

1. Porque a Religião é de todas as coisas a mais excelente e preciosa, o avanço e a promoção do seu poder contra toda impiedade e profanidade, a salvaguarda e a preservação da sua pureza contra todo erro, heresia e cisma, e nomeadamente o Independentismo, o Anabatismo, o Antinomismo, o Arminianismo e o Socinianismo, o Familismo, o Libertinismo, o Ceticismo e o Erastianismo, e o prosseguimento da obra da Uniformidade, serão por nós procurados e buscados com empenho antes de todos os interesses mundanos, quer digam respeito ao Rei, a nós mesmos ou a qualquer outro, seja quem for. 2. Porque muitos têm ultimamente trabalhado por suplantar as liberdades da Igreja, manteremos e defenderemos a Igreja da Escócia em todas as suas liberdades e privilégios, contra todos os que se opuserem a ela, a minarem ou a usurparem, sob qualquer pretexto que seja. 3. Vindicaremos e manteremos as liberdades dos súditos em todas aquelas coisas que dizem respeito às suas consciências, pessoas e bens. 4. Manteremos e defenderemos cuidadosamente a União entre os reinos, e evitaremos tudo o que a possa enfraquecer, ou envolver-nos em alguma medida de cumplicidade na culpa daqueles que invadiram o reino da Inglaterra. 5. Assim como sempre temos sido leais ao nosso Rei, assim ainda nos esforçaremos por dar a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César. 6. Estaremos tão longe de fazer vista grossa à malignidade, à injustiça, à iniquidade, à profanidade e à impiedade, de contemporizar com elas ou de as favorecer, que não somente evitaremos e desaprovaremos essas coisas, e acolheremos e animaremos aquelas pessoas que são zelosas pela Causa de Deus e andam segundo o Evangelho,

mas também tomaremos um caminho mais eficaz do que até aqui, nos nossos respectivos lugares e vocações, para castigar e suprimir esses males, e fielmente nos esforçaremos para que os melhores e mais adequados remédios sejam aplicados para remover as suas causas e fazer avançar o conhecimento de Deus, a Santidade e a Justiça na terra. E, portanto, em último lugar, assim como rogaremos ardentemente a Deus que nos dê homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que odeiem a avareza, para julgar e ter cargo entre o seu povo, assim nos esforçaremos, conforme os nossos Lugares e Vocações, para que as judicaturas e todos os lugares de poder e confiança, tanto na Igreja como no Estado, sejam compostos e ocupados por homens tais que sejam de conhecida boa afeição à Causa de Deus e de conduta irrepreensível e cristã.

E, porque há muitos que até aqui não fizeram caso de consciência do juramento de Deus, mas uns por medo, outros por persuasão e por fins baixos e interesses humanos entraram nele, e depois se mostraram ter procedido enganosamente para com o Senhor, jurando falsamente pelo seu nome; portanto, nós, que agora renovamos o nosso Pacto com referência a estes deveres e a todos os outros deveres nele contidos, professamos solenemente, à vista daquele que é o sondador dos corações, que não é por nenhuma vantagem política, ou interesse particular, ou fim secundário, nem por causa de nenhum terror ou persuasão da parte dos homens, nem hipócrita e enganosamente, que tomamos outra vez sobre nós o juramento de Deus, mas honesta e sinceramente, e pelo sentimento do nosso dever; e que, portanto, negando-nos a nós mesmos e as nossas próprias coisas, e pondo de lado todo interesse e fim próprios, buscaremos acima de todas as coisas a honra de Deus, o bem da sua Causa e a prosperidade do seu povo; e que, deixando os conselhos da carne e do sangue, e não nos apoiando em confianças carnais, dependeremos do Senhor, andaremos pela regra da sua palavra e daremos ouvidos à voz dos seus servos. Em tudo isso, confessando a nossa própria fraqueza, rogamos ardentemente a Deus, que é o Pai das misericórdias, por meio de seu Filho Jesus Cristo, que seja misericordioso para conosco e nos capacite, pela força do seu poder, a cumprir o nosso dever para louvor da sua Graça nas Igrejas. Amém.

Edimburgo, 6 de outubro de 1648. *Post meridiem.*

Ata para a renovação da Liga e Pacto Solenes.

A Comissão da Assembleia Geral, considerando que grande parte desta terra se envolveu em muitas e grosseiras infrações da Liga e Pacto Solenes; e que as mãos de muitos se afrouxaram em seguir e prosseguir os deveres nela contidos; e que muitos que, não tendo chegado à idade suficiente quando ela foi pela primeira vez jurada e subscrita, não foram até agora recebidos nela: por estas e outras graves e importantes considerações, determina e ordena que a Liga e Pacto Solenes seja renovada em todas as congregações deste reino. E, por ser um dever de grande peso e consequência, os ministros, depois de verem a presente, tenham o cuidado de se empenhar na sua doutrina e de outros modos, para que o seu povo seja tornado

sensível àquelas coisas em que quebrantou o Pacto, e seja preparado para a renovação dele com afetos e disposições convenientes. E, para que estas coisas sejam mais bem cumpridas, julgamos necessário estabelecer um reconhecimento solene dos pecados públicos e das infrações do Pacto, e um compromisso solene com todos os deveres nele contidos, a saber, aqueles que de modo mais especial se referem aos perigos destes tempos. E deste Reconhecimento e Compromisso solenes, que se enviam com a presente, se fará uso, e a Liga e Pacto será renovada da maneira que se segue. Primeiro, far-se-á intimação de uma solene humilhação pública e jejum no segundo dia do Senhor de dezembro, a serem guardados na quinta-feira seguinte e no dia do Senhor depois dela; na qual intimação a Liga e Pacto, e o reconhecimento público dos pecados e o compromisso com os deveres, serão lidos publicamente pelo ministro na audiência de todo o povo, e este será exortado a obter cópias deles, para que deles tome conhecimento. E a humilhação e o jejum serão guardados na quinta-feira seguinte, com referência às infrações do Pacto contidas no solene Reconhecimento público, como causas deles; e no dia do Senhor seguinte, que também será passado em humilhação pública e jejum, imediatamente depois do sermão, que será aplicado ao assunto daquele dia, o reconhecimento e o compromisso públicos serão de novo lidos publicamente; e em seguida se fará oração que contenha a confissão das infrações nele mencionadas, e implore misericórdia por estes pecados, e força de Deus para renovar o Pacto em sinceridade e verdade. Depois dessa oração, a Liga e Pacto Solenes será lida pelo ministro, e então jurada por ele e por todo o povo, que se comprometerá ao cumprimento de todos os deveres nela contidos, a saber, aqueles que são mencionados no reconhecimento e compromisso públicos e são opostos aos pecados neles confessados. E o ato será encerrado com oração a Deus, para que o seu povo seja capacitado, na força do seu poder, a cumprir o seu dever conforme o seu juramento agora renovado de modo tão solene. Também pela presente se dispõe que todos os que renovarem a Liga e Pacto a subscrevam de novo; e que ninguém seja admitido a renová-la ou subscrevê-la que esteja excluído pela outra ata e diretiva enviadas com a presente.

A. KER.

Edimb., 6 de outubro. *Post meridiem.*

Ata relativa ao impedimento das pessoas cúmplices do recente e ilícito Compromisso de guerra de renovarem o Pacto, de receberem a Comunhão e de exercerem ofício eclesiástico, com um conselho aos presbitérios para a celebração da Comunhão.

OS Comissários da Assembleia Geral, tendo achado necessário que a Liga e Pacto Solenes seja renovada depois de tão grandes e evidentes infrações dela por muitos neste reino; e considerando quão manifestamente a causa de Deus foi posta em perigo até aqui por receber no Pacto, demasiado depressa, aqueles que estiveram em efetiva oposição a ele, antes de haver suficiente prova e evidência do seu arrependimento: determinam e ordenam, portanto, que todos os presbitérios e ministros desta Igreja, nos seus diversos limites e respectivos cargos, tenham especial cuidado, no tempo da renovação da Liga e Pacto, de que nenhum dos que tiveram comando no exército que, sob a condução do duque de Hamilton, se empenhou em

guerra contra o reino da Inglaterra, ou nas forças que estavam em Stirling e arredores sob o comando do conde de Lanark e de George Munro; ou que prestaram e subscreveram quaisquer juramentos, obrigações ou declarações para levar adiante esses caminhos pecaminosos, ou qualquer outro juramento ou obrigação condenado pela Assembleia Geral como destrutivo do Pacto; ou que foram forçadores, instigadores ou sedutores de outros para se unirem aos ditos Compromissos e serviços tão destrutivos da religião; ou que foram promotores ativos deles, seja admitido a subscrever ou renovar o juramento da Liga e Pacto, nem a exercer qualquer ofício ou poder em qualquer das judicaturas desta Igreja.

E, além disso, considerando que nos foi remetido pela última Assembleia Geral dar aviso aos presbitérios de uma oportunidade conveniente para celebrar o Sacramento da Ceia do Senhor, e enviar o conselho que achássemos necessário para o tempo: julgamos conveniente avisar os presbitérios de que o Sacramento da Ceia do Senhor pode ser celebrado depois da renovação do Pacto, conforme os ministros tiverem conveniência nas suas diversas congregações; e de que achamos necessário que todos os que estão envolvidos na culpa acima mencionada sejam suspensos do Sacramento da Ceia do Senhor até que a Assembleia Geral tome a providência que julgar conveniente acerca da recepção deles no Pacto e na Comunhão.

A. Ker.

Edimburgo, 14 de outubro de 1648.

O Comitê dos Estados, estando muito sensível aos graves desvios desta terra nas múltiplas infrações da Liga e Pacto Solenes, feitos e jurados ao altíssimo DEUS, aprova, portanto, unânime e cordialmente a oportuna e piedosa resolução da Comissão da Assembleia Geral para um Reconhecimento Solene dos pecados e provocações públicos, especialmente das infrações do Pacto, e para um Compromisso Solene com um cumprimento mais consciencioso dos deveres nele contidos, e para a renovação da Liga e Pacto Solenes: e requer e ordena que as diretivas da dita Comissão da Assembleia, na sua Ata do dia seis deste mês para um reconhecimento público dos pecados e compromisso com os deveres, sejam cuidadosamente seguidas; que o jejum e a humilhação por ela determinados sejam religiosamente observados; e que a Liga e Pacto Solenes seja sincera e cordialmente renovada e subscrita da maneira que ela prescreveu na dita Ata.

Extractum

Sr. Tho. Henderson.

© 2026 Westminster 1647 :: https://westminster1647.com/pt/correo